

REVISTA

CICEP

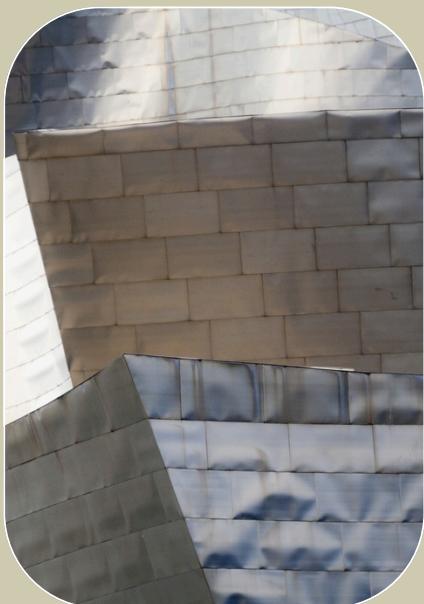
EVOLUÇÃO

ABRIL DE 2024 V.3 N.4

ISSN: 27645363



DATA DE PUBLICAÇÃO: 10/04/2024



SL EDITORA

Revista Evolução CICEP

Nº 4

Abril 2024

Publicação

Mensal (abril)

SL Editora

Rua Bactória, 164, Torre 2 - 85 – Jardim Vila Formosa 03472-100

São Paulo – SP – Brasil

www.sleditora.com

Editor Chefe

Neusa Sanches Limonge

Projeto Gráfico e capa

Lucas Sanches Limonge

Diagramação e Revisão

Rafael Sanches Limonge

Responsável Intelectual pela Publicação

Centro Institucional de Cursos Educacionais Profissionalizantes (CICEP)

Revista Evolução CICEP – Vol. 3, n. 4 (2024) - São Paulo: SL Editora, 2024 – Mensal

Modo de acesso: <https://www.revistaevolucaocicep.com.br/>

ISSN 2764-5363 (online)

Data de publicação: 10/04/2024

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370

CDU 37

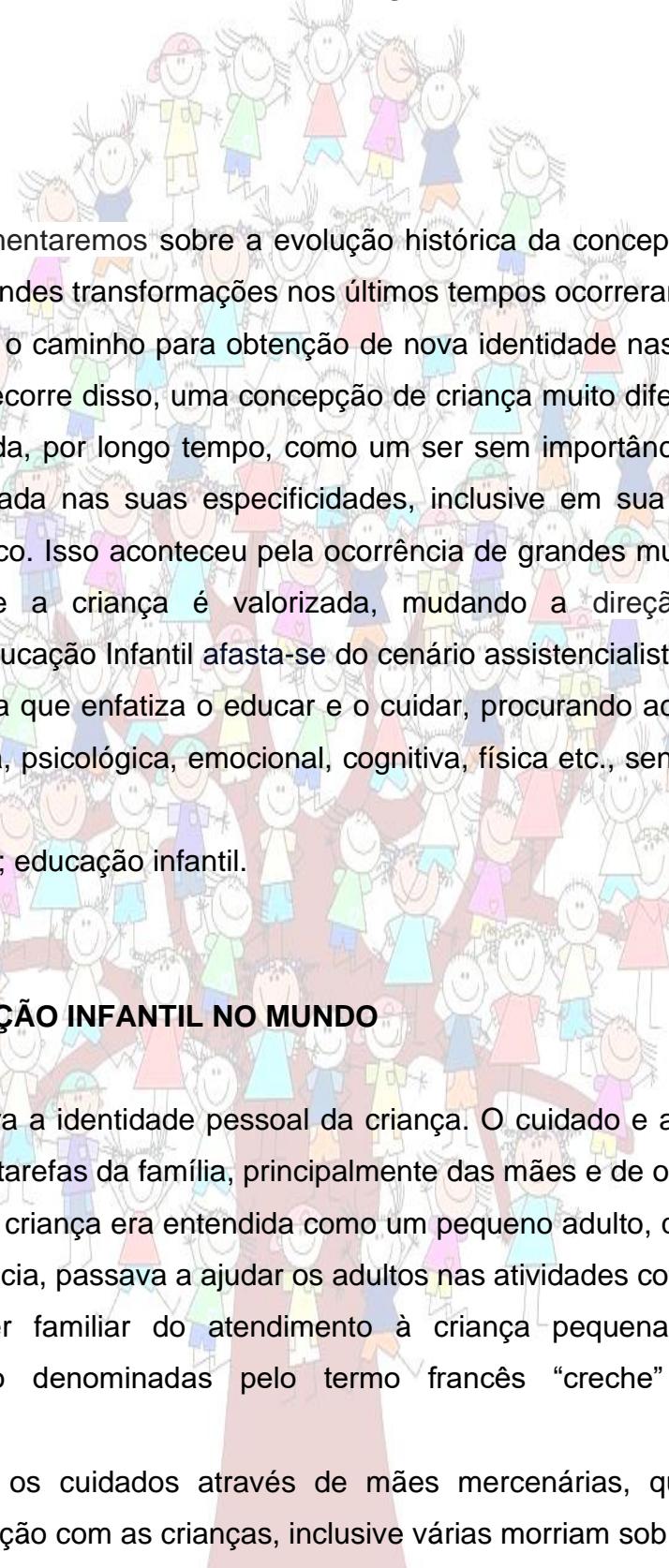
Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

SUMÁRIO

BREVE HISTÓRICO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Jamil da Silva.....4

BREVE HISTÓRICO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA



Jamil da Silva¹

RESUMO

Neste breve artigo argumentaremos sobre a evolução histórica da concepção de infância na Educação Infantil. Grandes transformações nos últimos tempos ocorreram na Educação infantil. Foi longo e difícil o caminho para obtenção de nova identidade nas entidades que operam com crianças. Decorre disso, uma concepção de criança muito diferente da antiga visão. A criança foi tratada, por longo tempo, como um ser sem importância. Todavia, na atualidade, ela é respeitada nas suas especificidades, inclusive em sua personalidade, bem como um ser histórico. Isso aconteceu pela ocorrência de grandes mudanças sociais e econômicas, em que a criança é valorizada, mudando a direção da história. Consequentemente, a Educação Infantil afasta-se do cenário assistencialista, em direção a uma proposta pedagógica que enfatiza o educar e o cuidar, procurando acolher a criança de forma integral, ou seja, psicológica, emocional, cognitiva, física etc., sendo tratada com todo o respeito.

Palavras-chave: infância; educação infantil.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNDO

Não se considerava a identidade pessoal da criança. O cuidado e a educação das crianças pequenas eram tarefas da família, principalmente das mães e de outras mulheres. Após o desamamentar, a criança era entendida como um pequeno adulto, que ao alcançar certo grau de independência, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas.

Devido ao caráter familiar do atendimento à criança pequena, as primeiras instituições infantis são denominadas pelo termo francês “creche” que significa manjedoura, presépio.

Na Idade Antiga, os cuidados através de mães mercenárias, que não tinham nenhum tipo de preocupação com as crianças, inclusive várias morriam sob seus cuidados.

¹ Mestrado Internacional em Ciências da Educação – ACU Absolute Christian University - Orlando – Flórida - USA. Mestre em Ciências da Educação. E-mail: Jamil70@uol.com.br

As ideias de abandono, pobreza e caridade saturam as formas precárias de atendimento a menores e vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da Educação Infantil. Assim, ficam claras as raízes da desvalorização do profissional de Educação Infantil, que precisa mudar esse modelo, que define que para se trabalhar com crianças não é necessário qualificação profissional, considerando que a maior parte dos profissionais são leigos, persistindo num tipo de atendimento que só visa os cuidados físicos das crianças.

Nos séculos XVIII e XIX nascem dois tipos de atendimento às crianças: um de boa qualidade, proposto às crianças da elite, que tinha como característica a educação, e outro que servia às crianças das classes desfavorecidas.

Dentro desse panorama, pensadores como Rousseau, Decroly, Froebel e Montessori configuraram as novas bases para a educação das crianças. Embora com focos diferentes, todos distinguiam que as crianças possuíam características diferentes dos adultos, com necessidades próprias.

Após a primeira Guerra Mundial, cresce a ideia de respeito à criança, gerando o Movimento da Escola Nova, com a necessidade de oferecer uma escola que respeite a criança como um ser específico, norteando o seu trabalho para respeitar as características do pensamento infantil.

Vygotsky, psicólogo, defende a ideia de que a criança é introduzida no mundo da cultura por parceiros mais experientes.

Wallon destaca a afetividade como fator determinante para o processo de aprendizagem.

As pesquisas de Piaget trazem a visão de como as crianças aprendem, através da teoria dos estágios de desenvolvimento.

As teorias pedagógicas e as concepções psicológicas, especialmente na Educação Infantil, impulsionam o seu desenvolvimento.

Pós-segunda Guerra Mundial, surge a preocupação com a situação social da infância e com a ideia da criança como portadora de direitos.

A ONU em 1959, promulga a Declaração dos Direitos da Criança, sendo um fator importante para a concepção de infância e para definir a criança como sujeito de direitos.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil no Brasil, era acentuada por forte assistencialismo e improviso. As crianças da área urbana eram colocadas nas “rodas” para serem recolhidas pelas instituições religiosas. Muitas dessas crianças eram de mães que pertenciam às famílias tradicionais.

No início do século XIX, para solucionar o problema da infância, surgem iniciativas como a criação de creches, asilos e internatos, vistos como instituições destinadas a cuidar de crianças pobres.

No final do século XIX, com o ideário liberal, a elite do país assimila os princípios educacionais do Movimento das Escolas Novas, ocorridos na Europa e trazidas ao Brasil pela influência americana e europeia. Surge no Brasil a ideia de “jardim-de-infância”. Em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, eram criados os primeiros jardins-de-infância, de caráter privado, direcionados para crianças da classe alta, que desenvolviam uma programação pedagógica inspirada em Froebel.

Na metade do século XX, com a crescente industrialização e urbanização do país, a mulher passa a ter uma maior inclusão no mercado de trabalho, provocando um aumento no número instituições que cuidam de crianças. Delineia-se um atendimento com forte caráter assistencialista.

Nos anos 70, o Brasil absorve as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa, que afirmavam que as crianças das camadas sociais mais pobres padeciam de “privação cultural”, o que explicava o fracasso escolar delas.

Carência, marginalização cultural e educação compensatória foram adotadas. Isso passou a influir também nas decisões de políticas de Educação Infantil.

Nos anos 80, com o processo de abertura política, houve pressão para a aumento do acesso à escola. A educação da criança pequena passa a ser reivindicada como um dever do Estado. Em 1888, com a grande pressão dos movimentos feministas e dos movimentos sociais, a Constituição reconheceu a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado.

A perspectiva sociointeracionista, com o principal teórico Vygotsky, enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta. Procura-se entender a criança como um ser sócio-histórico, onde a aprendizagem ocorrerá pelas interações entre a criança e seu entorno social.

Se fortalece a nova concepção de infância, avalizando em lei os direitos da criança enquanto cidadã. Cria-se: o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a nova LDB, Lei

nº 9394/96, que incorporam a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, recomendando a municipalização da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Cria-se o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), em 1998, um documento que norteia o trabalho realizado com crianças de 0 à 5 anos de idade, trazendo uma proposta que associa o cuidar e o educar, hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

A concepção de infância atual é muito diferente dos séculos passados. A visão que temos da criança é historicamente construída, gerando grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos. A indiferença oferecida à criança, há muito tempo, era categoricamente normal e a humanidade tratou a criança como um adulto em miniatura.

A criança, num passado remoto, de um ser sem importância, passa a ocupar maior evidência na sociedade, ou seja, a humanidade a reconhece com uma nova visão. O sentimento de infância não é o mesmo que afeição pelas crianças. A infância é algo próprio da criança, diferenciando-a do adulto, merecendo um olhar mais característico.

Aproximadamente, até o século XVII, a sociedade não dava muita atenção às crianças, sobretudo pelas más condições sanitárias, isto é, a mortalidade infantil atingia níveis alarmantes. Isso resultava em um processo em que a criança era vista como um ser ao qual não se podia apegar, porque a qualquer momento ela poderia deixar de existir. O índice de natalidade era tão alto, que a morte das crianças era vista como normal. Nessa época, a criança era considerada um adulto em miniatura. Em função disso, quando ela tivesse a capacidade de realizar algumas tarefas, ela era incluída no mundo adulto, sendo exposta a todo tipo de trabalho.

Elas eram afastadas de seus pais, muito cedo, e passavam a conviver com outros adultos, auxiliando-os em suas atividades, não se distinguindo mais desses. Dessa forma, a criança passava dessa fase direto para a vida adulta.

O tempo da infância não era bem definido e era utilizado, inclusive, para se referir a jovens com dezoito anos ou mais de idade. Destarte, a infância possuía longa duração, com a criança assumindo funções de responsabilidade, antecipando etapas do seu desenvolvimento.

Essa situação começa a mudar. A criança, sobretudo as crianças de boa família, nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Agora ela passa a ter um traje reservado à sua idade, distinguindo-a dos adultos.

As transformações sociais, ocorridas em meados do século XVII, colaboraram definitivamente para a edificação de um sentimento de infância. A afetividade granjeou mais importância na família, sendo demonstrada por meio da relevância que a educação passou a ter. A aprendizagem das crianças passou a ocorrer na escola até estarem preparadas para a vida em sociedade. Com a igreja direcionando a aprendizagem, a criança é vista como um ser obra do pecado.

A família ganha um estilo mais reservado e assume o papel que era realizado pela comunidade, de acordo com o padrão burguês universalizado. A ideia de infância nasce com a sociedade capitalista, alterando a forma como era lidada na sociedade feudal. O conceito de infância passa a ser determinado historicamente pela mutação das formas de organização da sociedade. Introduz-se, no século seguinte, as questões relacionadas à higiene e à saúde da criança, o que resultou na diminuição dos índices de mortalidade. As mudanças premiaram as crianças burguesas, posto que as crianças do povo permaneceram a não ter acesso aos ganhos representados pela nova concepção de infância, sendo direcionadas para o trabalho.

A criança passa a ocupar um lugar maior na sociedade. Essa evolução valoriza a criança, com a aprendizagem sendo um dos pilares no atendimento à criança. Percebe-se o caráter cristão, no qual a educação das crianças foi aportada.

Na atualidade, a criança é vista como um sujeito de direitos, sítio historicamente, e que seja suprida em suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais, abalizando um atendimento integral da criança, respeitadas em todas as suas dimensões.

A concepção da criança como um ser com atributos bem diferentes dos adultos e como portadora de direitos enquanto cidadã, suscitará as mudanças na Educação Infantil, tornando o atendimento às crianças de 0 a 5 anos ainda mais específico, exigindo do educador uma postura consciente do trabalho a ser realizado com as crianças e quais as suas necessidades enquanto criança e enquanto cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos analisar se o conceito de infância se reflete profundamente no papel da Educação Infantil, considerando que ele norteia todo o atendimento oferecido à criança. Assim, a Educação Infantil está intensamente ligada ao conceito de infância, com sua evolução marcada pelas mudanças sociais que originaram um novo olhar sobre a criança.

A educação da criança só ganhou destaque quando passou a ser valorizada pela sociedade.

A Educação infantil beneficiou a criança burguesa, com uma proposta distante das crianças pobres.

A Educação Infantil no Brasil tem sido legitimada como direito das crianças, mas poucas recebem um atendimento de qualidade, com professores que ignoram os fundamentos pedagógicos que devem direcionar o trabalho com crianças, desfigurando as características da Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA

KRAMER, Sônia. **A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2013.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Alfabetização: uma perspectiva humanista e progressista**. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.1.

